

# Margaridas em marcha por terra, água e agroecologia

Ilse Gomes Silva\*; Berenice Gomes da Silva\*\*

## Resumo:

O objetivo deste artigo é examinar como a temática do meio ambiente adquiriu importância na Marcha das Margaridas e tem se constituído em estratégia de mobilização e ampliação das lutas sociais que envolvem as trabalhadoras rurais no Brasil. Trata-se de uma pesquisa em andamento na qual utilizamos como método a análise das pautas e os Cadernos de Formação elaborados pela organização desta Marcha. A análise dos resultados parciais demonstra que as mulheres organizadas na Marcha das Margaridas compreendem que a defesa do meio ambiente é a garantia de sua própria sobrevivência, dos seus territórios e dos povos. E também nos apresentam como prática política a proteção e conservação da sociobiodiversidade, das fontes de água e da floresta, a agroecologia e a segurança alimentar. Revelam ainda que o meio ambiente constitui pauta central nesta Marcha, sobretudo no atual contexto de ameaça à soberania no país, onde as políticas ambientais têm sido desmontadas.

**Palavras-chave:** Marcha das Margaridas; Agroecologia; meio ambiente; lutas sociais.

## Daisies marching by land, water and agroecology

## Abstract:

This article aims to present how the theme of the environment gained importance in Marcha das Margaridas and has been constituted as a strategy for mobilization and expansion of social struggles involving rural workers in Brazil. The partial results of the ongoing research show that women organized in the Marcha das Margaridas understand that the protection of the environment is the guarantee of their own survival, their territories and peoples, and they present us as a political practice the protection and conservation of socio-biodiversity, water sources and forest, agroecology and food security. They also reveal that the environment is a central issue in this March, especially in the current context of threat to sovereignty in the country, where environmental policies have been dismantled.

**Keywords:** Daisies March; Agroecology; environment; social struggles.

---

\* Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP; docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, Brasil. Coordenadora, na mesma instituição, do Grupo de Estudos em Política, Lutas Sociais e Ideologia (GEPOLIS). Autora de *Democracia e Participação na reforma do Estado*, de 2003. End. eletrônico: ilse@terra.com.br

\*\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, Brasil; bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA); pesquisadora do GEPOLIS. End. eletrônico: beregomesvg@gmail.com

## Introdução

A Marcha das Margaridas<sup>1</sup> surgiu nacionalmente em 2000, como uma estratégia de mobilização das mulheres contra a implementação das políticas neoliberais no campo e de fortalecimento do movimento feminista no Brasil e no mundo. Teve influência direta de uma Marcha Mundial de Mulheres, realizada em Quebec (Canadá), em 1999, com o tema Pão e Rosas, em que denunciava o impacto do neoliberalismo na vida das mulheres. A grande repercussão dessa Marcha alcançou diversos movimentos de mulheres no mundo todo, motivando-as a realizarem marchas em seus países e a fortalecerem a luta nacional e internacional contra o neoliberalismo. Esta mobilização ocorreu em todo o Brasil e contou com a participação das trabalhadoras urbanas e rurais na Marcha Mundial de Mulheres.

Segundo Raimundinha<sup>2</sup> (2008), a decisão de aderir a esta Marcha Mundial ocorreu em uma reunião da Comissão de Mulheres da CONTAG, onde uma representante da CUT (Ednalva Bezerra) falou sobre a Marcha Mundial de Mulheres, os seus objetivos, quais as organizações componentes e ressaltou a importância das mulheres brasileiras participarem. Foi durante o processo de construção da Marcha Mundial de Mulheres que as trabalhadoras rurais sentiram a necessidade de construir a sua própria Marcha, por entenderem que os efeitos do neoliberalismo no campo brasileiro atingia diretamente as mulheres e aumentava a situação de pobreza rural:

Nós começamos juntas a fazer a Marcha Mundial, somos todas Marcha Mundial, nós não aderimos a ela, somos parte dela. A gente usava a expressão assim *grão de arroz* para dizer que éramos muito parecidas, porque sofremos as violências que as mulheres sofrem, a pobreza que as mulheres vivem e a fome que as mulheres passam, pois muitas vezes o alimento é prioritário para os filhos, do que as próprias mães se alimentarem (Ilda, 2007).

As trabalhadoras rurais foram pioneiras no processo de mobilização para a participação na Marcha Mundial das Mulheres, fortalecendo a dimensão internacional da luta feminista. Saíram do seu espaço local, ampliaram para o regional e atingiram o nacional, tendo como instrumento de mobilização a construção da Carta das Mulheres Brasileiras<sup>3</sup>, em conjunto com outros movimentos de

---

<sup>1</sup> O nome, Marcha das Margaridas, é uma homenagem à Margarida Alves, trabalhadora rural assassinada em 1983, no Estado da Paraíba, cuja luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais inspirou diversos movimentos sociais do campo e da cidade contra a injustiça e a violência do capital.

<sup>2</sup> Raimunda Mascena é do Ceará e foi secretária das Mulheres da CONTAG e a coordenadora da primeira Marcha das Margaridas. Entrevista concedida em maio de 2007 para a pesquisa de mestrado sobre a Marcha das Margaridas. Cf. Silva (2008).

<sup>3</sup> A Carta das Mulheres Brasileiras teve como tema Terra, Trabalho, Direitos Sociais, Autodeterminação e Soberania. [www.marchamundialdemulheres.org](http://www.marchamundialdemulheres.org).

mulheres e feministas, para ser apresentada a diversas instituições como o Banco Mundial e a ONU. A experiência política de participação na Marcha Mundial das Mulheres foi fundamental para a compreensão da dimensão internacional da luta e das consequências do neoliberalismo:

A danada daquela Carta tinha milhões de assinaturas, nós colhemos assinaturas por tudo quanto foi lugar (...) foi assim que nós começamos a Marcha das Margaridas e a vinculação dela com a Marcha Mundial de Mulheres veio daí. E como achamos a ideia muito boa, resolvemos fazer uma Marcha e que ela deveria ser chamar das Margaridas (Raimundinha, 2008).

Desde o seu surgimento em 2000, já ocorreram cinco edições desta Marcha: 2000, 2003, 2007, 2011, 2015 e a sexta edição acontecerá em agosto do ano que vem. A linha do tempo dessas edições representa um avanço na compreensão dos problemas políticos, econômicos e sociais que as Margaridas devem enfrentar:

A primeira Marcha das Margaridas reuniu 20000 mulheres em Brasília para denunciar o efeito das medidas neoliberais em suas vidas, como expressou o lema: “2000 razões para Marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. A Marcha foi uma iniciativa das mulheres, ao redor do mundo, que integrou as ações da Marcha Mundial de Mulheres (Contag, 2018, p. 2).

A Marcha das Margaridas articula as dimensões local, nacional e internacional em uma unidade de ação, de práticas e de projetos. A Marcha destaca-se ainda pelo protagonismo das mulheres trabalhadoras rurais que se identificam como mulheres do campo, das águas e das florestas. A dimensão ampla de suas lutas e de sua composição social oferece diversas possibilidades de pesquisa. Neste artigo dirigimos nosso olhar para o aspecto da defesa do meio ambiente como um dos pontos centrais da pauta de denúncia da ação do capital no campo, das reivindicações de melhoria da produção agrícola e da prática de proteção da natureza que orienta a Marcha das Margaridas.

As análises que disponibilizamos sobre a Marcha das Margaridas compõem parte dos estudos presentes no projeto de pesquisa “A Marcha das Margaridas: democracia, participação política e informação”, ainda em fase de desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Nossa intenção é resgatar as condições políticas e sociais que possibilitaram o surgimento dessa forma de organização política, destacar o protagonismo das mulheres na defesa do meio ambiente, bem como a centralidade e a necessidade desta pauta, sobretudo em um período de retrocesso no Brasil, com o desmonte das políticas, neste caso ambientais, que ameaçam a soberania do país.

## **A Marcha das Margaridas: o trançado das formas de organização e intervenção**

O surgimento da Marcha das Margaridas foi uma estratégia de articulação e mobilização nacional das mulheres rurais brasileiras que, ao se somarem às mulheres em todo o mundo, organizaram uma forte reação às consequências da agenda neoliberal, como o aumento da pobreza, das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres e a classe trabalhadora em escala planetária.

As mulheres resgataram a força de Margarida Alves para tornar acessa a chama da luta. A homenagem a essa trabalhadora rural é, ao mesmo tempo, reconhecimento e realimentação da esperança de melhores tempos de vida:

O nome de Margarida tinha a ver com o seguinte: a Marcha Mundial trazia a história da fome, da pobreza e da violência e Margarida foi uma mulher violentada, extremamente violentada, morta por uma violência cruel de uma usineira lá da Paraíba (...). E na época fazia 17 anos da morte de Margarida e ainda não havia tido o julgamento do mandante do crime, que é o Zito Buarque, genro de Reginaldo...fulano de tal, usineiro que determinou ao genro a execução de Margarida (Raimundinha, 2008).

A Marcha das Margaridas resulta de um processo de lutas históricas enfrentados pelos movimentos sociais do campo, com destaque para os anos 1980, em que se inserem as mobilizações que culminaram com organização própria das trabalhadoras do campo. O marco inicial dessas lutas foi nos anos 1950, com as Ligas Camponesas na região Nordeste, e se fortaleceram nos anos 1960, período da ditadura civil militar no Brasil.

Durante o período militar, as mobilizações do(a)s trabalhadores(as) resultaram na criação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, apesar da forte representação dos latifundiários no Congresso Nacional (Medeiros, 1989). A aprovação deste Estatuto estendeu aos trabalhadores (as) do campo os direitos conquistados pelo(a)s trabalhadores(as) urbanos, como a previdência social, salário mínimo, férias remuneradas, carteira de trabalho, licença maternidade e também resultou na criação do órgão responsável pela política agrária, a Superintendência de Política de Reforma Agrária (SUPRA), que posteriormente se transformou em INCRA. Houve também a criação da CONTAG, em 1963, em meio a um processo de controle das organizações sindicais rurais pelo Ministério do Trabalho (Silva, 2017).

Na década de 1970, o aumento dos conflitos agrários e da violência no campo brasileiro foi denunciado por setores da igreja católica, dos partidos progressistas como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Movimento de Educação de Base (MEB) e da Ação Popular (AP) e colocou em pauta nacional

o problema da questão fundiária e a necessidade da reforma agrária como única forma de resolução dos conflitos e da pobreza no campo (Silva, 2017).

No final da década de 1970, o processo de reorganização social contra a ditadura civil militar teve mais uma vez o(a)s trabalhadores(as) rurais como importantes protagonistas da luta pela democratização do Brasil em aliança com a classe trabalhadora urbana. O III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979, foi um marco na nova forma de organização e articulação da luta. No início da década de 1980 a criação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ampliou e modificou novamente a forma de intervenção e organização do(a)s trabalhadores(as) rurais diante do enfrentamento dos novos processos de modernização na grande produção agrícola.

No IV Congresso dos Trabalhadores Rurais da CONTAG, em 1984, a pauta das Mulheres foi debatida pelo movimento sindical rural em conjunto com as demais questões como: a lei de greves, a ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, a revisão da política agrícola do Governo Federal, o apoio efetivo à pequena produção e uma política voltada para o(a)s atingido(a)s por barragens (Medeiros, 1989).

A partir de 1984, as trabalhadoras rurais intensificaram sua organização nos sindicatos e em outros movimentos, como as mulheres camponesas, as extrativistas, as seringueiras, as quebradeiras de coco. Esse movimento foi fundamental para o reconhecimento na Constituição Federal de 1988 dos direitos sociais e trabalhistas de trabalhadora(a)s rurais, como a concessão do título e uso da terra em nome do homem e da mulher, conforme o artigo 189 (Silva, 2018):

Os anos 80 marcam a luta das mulheres por reconhecimento como trabalhadoras rurais e direito à previdência e sindicalização. Na década de 90 fortaleceram sua organização sindical criando as Comissões e Coordenação de Mulheres e aprovando a cota de, no mínimo 30% de mulheres nas instâncias deliberativas. Era preciso ainda, uma ação ampla que visibilizasse as demandas e lutas das mulheres no país (Contag, 2018, p.2).

Nos anos 2000, a luta das trabalhadoras rurais cresceu, consolidou e se diferenciou da forma tradicional de organização do sindicalismo rural, que tinha no Grito da Terra a expressão maior da luta no campo. A necessidade de destacar as pautas específicas das trabalhadoras rurais e das mulheres, de modo geral, exigiu uma nova forma de organização que permitisse uma articulação com outras expressões dos movimentos sociais de mulheres e de feministas no setor urbano e ampliasse a pauta para um combate anticapitalista. A organização em forma de Marcha se mostrou ser a mais adequada para as necessidades de ampliação e incorporação de outros movimentos e permitir maior visibilidade para as questões reivindicadas pelas trabalhadoras rurais.

As Margaridas teceram uma grande rede de comitês organizados em cada estado, nos municípios e em nível nacional. Foram criados os Comitês Estaduais e uma Coordenação Nacional, composta por entidades sindicais rurais e as chamadas entidades parceiras que expressam a diversidade do movimento e cumprem o papel de amplificação da divulgação e mobilização, assim como contribuem para garantir a infraestrutura e a logística da Marcha.

Desde a primeira edição, a Coordenação Nacional foi composta pela Marcha Mundial de Mulheres; pelo MMTR (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste); Mulheres da CUT; MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu); MAMA (Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia); CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas). A cada nova edição da Marcha, outros movimentos foram se somando e compondo a coordenação, como o GT das Mulheres da ANA (Associação Nacional de Agroecologia).

A pauta de reivindicação das Margaridas é extensa, na mesma proporção dos problemas e opressão que sofrem no seu cotidiano. Cada edição essa pauta é entregue aos representantes do poder executivo e legislativo, cujo alcance depende da orientação política do governo. Vale ressaltar que uma resposta realmente impactante que resolva seus problemas depende da mudança estrutural do modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. Da pauta de reivindicação destacamos: reforma agrária, saúde, educação, segurança, habitação, meio ambiente, assistência técnica e extensão rural. Na próxima seção deste artigo nos dedicaremos a apresentar e analisar a pauta os materiais (Cartilhas) ligada a proteção do meio ambiente.

### **As Margaridas e a questão ambiental**

A primeira Marcha das Margaridas teve como tema central “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Na segunda edição, em 2003, foi reafirmado o tema, com 40 mil mulheres em uma só voz denunciando as “2003 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. Nessa edição, a principal conquista foi a implementação do artigo 189 da Constituição Federal de 1988, que garante “o título das terras destinadas à reforma agrária em nome de mulheres e homens”, de acordo com a orientação do governo Lula de adotar a transversalidade de gênero nas políticas públicas.

A terceira Marcha, “2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, contou com a ampliação do número de participantes para setenta mil mulheres em Brasília e inovou ao introduzir o eixo do meio ambiente no conjunto da pauta como: terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar e outros como trabalho, renda e economia solidária.

Esta temática ganhou mais força na Marcha de 2011 quando incluiu o tema do desenvolvimento sustentável: “2011 razões para marchar—por Desenvolvimento Sustentável, por Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”. Esta Marcha contou com uma Mostra das Margaridas, espaço de comercialização da produção das mulheres de todo o país. Para as trabalhadoras rurais, foram anunciadas conquistas importantes no processo de negociação com o Governo Dilma (Contag, 2018, p. 9).

A Marcha de 2015 aconteceu em um cenário de crescimento das forças conservadoras e acirramento da luta de classes no país, que resultou no golpe de 2016 que destituiu a Presidenta Dilma Rousseff da Presidência da República. Em documento, as Margaridas afirmam que:

Em 2015, já se armava o golpe político contra a Presidenta, reeleita, Dilma Rousseff. Assim, as 100 mil mulheres do campo, da floresta e das águas marcharam, resistindo ao impeachment em solidariedade à presidenta, pelos ataques sofridos neste período. Através do lema reafirmaram que as “Margaridas seguem em marcha—por Desenvolvimento Sustentável, com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade” (Contag, 2018, p.9).

Outras ações e programas relacionados à pauta do meio ambiente são a agroecologia, a soberania alimentar, previstas no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica- Brasil Agroecológico, de 2014, cuja elaboração e monitoramento contou diretamente com a participação das mulheres. Outras ações são de geração de trabalho e renda e a participação política amparadas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Acrescentamos ainda que os programas de combate à violência no campo integram o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, inclusive a instituição do Fórum Nacional com ações permanentes. Este Fórum foi responsável pela elaboração das Diretrizes e Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta<sup>4</sup> e contou a ação de unidades móveis (ônibus) em todos os Estados, por meio das Secretarias Estaduais de Mulheres com a oferta de serviços de documentação civil e de saúde (exames e consultas ginecológicas).

Após o *impeachment*, apesar da oposição popular, o governo de Michel Temer executou a agenda neoliberal e atacou frontalmente os direitos políticos e sociais da classe trabalhadora, especificamente das mulheres, da população negra e dos povos indígenas. Para a filósofa Márcia Tiburi, a mulher é a maior vítima

---

<sup>4</sup> Este Fórum Permanente de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta realizou o II Seminário Nacional, em 2010 e de forma inédita foi instituído pela Portaria n. 85 de 10 de agosto de 2010, as Diretrizes e Ações de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta.

dos ataques aos direitos sociais e trabalhistas que o governo Temer impôs ao país, desde 2016. Isto ocorre “porque trabalham em dobro e numa sociedade neoliberal, na qual o machismo está enraizado, obrigando a mulher a ter dupla, até tripla jornada e sem remuneração adicional” (Tiburi, 2018).

A Marcha das Margaridas insere-se neste contexto de fortalecimento das forças políticas reacionárias, de perda da soberania do país e do comprometimento com a agenda ultraliberal de retirada dos direitos da classe trabalhadora, enquanto favorece o lucro para os empresários, banqueiros, ruralistas e outros setores. Elas denunciam o desmonte do Estado brasileiro que tem impactado negativamente sobre a vida das mulheres e pautam o projeto de sociedade que querem construir, como podemos perceber no lema que reflete bem este momento: “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualde e livre de violência”.

Neste cenário de resistências, a luta contra a reforma da previdência, anunciada desde o Governo Temer (e tudo indica que não será diferente com o governo eleito de Bolsonaro), foi o tema central das mobilizações de mulheres no 8 de março de 2017 e em 2018, assim como das diversas mobilizações dos movimentos sociais e populares que contaram com a presença massiva das mulheres. O Manifesto da Marcha das Margaridas do 8 de março de 2018 conclamou as trabalhadoras a lutarem pela democracia e contra a reforma da previdência. Deste modo, elas se contrapõem ao crescimento do conservadorismo e do ódio de forças políticas que criminalizam os movimentos sociais e são também a base para a propagação da violência contra a mulher. Neste Manifesto, está expressa a reafirmação das suas lutas desde a primeira Marcha:

Este conjunto de ofensivas aprofunda a fome e a pobreza sobre territórios rurais e periferias urbanas, atingindo mais intensamente as mulheres, afinal, sobre nós incide o ônus da divisão sexual do trabalho, que nos faz acumular as atividades domésticas e de cuidados. Assim, quanto mais precarizado é o acesso aos direitos sociais, ao trabalho e à renda, maior é a sobrecarga de trabalho e responsabilidades a nós imputadas (Marcha das Margaridas, 2018).

A Marcha das Margaridas inova ao transpor as barreiras do movimento sindical rural e ao tratar o tema do meio ambiente como estratégico, assim como o tema da democracia que ganha força na plataforma política apresentada pelas mulheres, reafirmando o seu caráter de protesto e denúncia, de resistência e enfrentamento e de proposição e pressão, reforçando a luta da classe trabalhadora contra a agenda neoliberal.

Na mobilização para a Marcha que ocorrerá em 2019, ao se referirem ao cenário atual do Brasil e ao caráter autoritário do futuro governo Bolsonaro, as

Margaridas reafirmaram sua disposição de continuar marchando com mais força diante da situação de desmonte do Estado e do retrocesso das políticas públicas no país. Desta forma, a pauta do meio ambiente destaca-se negativamente com a flexibilização da legislação sobre a exploração econômica de áreas verdes preservadas, incluindo a Amazônia, com as restrições de multas e fiscalização por parte dos órgãos ambientais, uma demonstração clara de apoio aos interesses do agronegócio e das mineradoras<sup>5</sup>.

Para as Margaridas, o meio ambiente compreende a justiça social e isso implica defender os territórios. Por isso, em um dos Cadernos de Formação Política (Caderno de Formação n. 2), enfatizam a luta pela autodeterminação dos povos, com soberania alimentar e energética -pela proteção e conservação da sociobiodiversidade. Isto abrange a luta contra a negação dos direitos das populações tradicionais e camponesas a terem acesso aos seus territórios, ameaçados pelo próprio Estado e pelos latifundiários. Deste modo, as Margaridas defendem os sistemas agroecológicos, como forma de garantir a soberania alimentar e energética que inclui a segurança alimentar e nutricional em contraposição ao modelo agroexportador que predomina no país.

Estas propostas se chocam com o agronegócio e com o latifúndio que expulsa o(a)s agricultore(a)s e camponese(a)s dos seus territórios e agravam a situação da fome, miséria e degradação da natureza. A necessidade de se produzir alimentos em sistemas alimentares equilibrados e livres de agrotóxicos se contrapõe à lógica do agronegócio cujo aumento de produtividade está baseado no uso de agrotóxicos que foram, inclusive, eliminados em outros países, a exemplo da Europa: “Por isso, a garantia da soberania alimentar torna-se uma estratégia para romper com a lógica do modelo de desenvolvimento capitalista e patriarcal, gerador de pobreza e desigualdades”, conforme ressaltam as Margaridas (Contag, 2018).

Ao explicitarem os motivos pelos quais o direito à terra e aos territórios vêm sendo ainda mais ameaçados, a Marcha das Margaridas utiliza a estratégia da formação política, retratando em um dos materiais de apoio, que é importante entender as questões da terra, água e agroecologia no contexto de avanço do capitalismo neoliberal e apresenta cinco características deste avanço: a mercantilização dos bens comuns, a mundialização do capital, a financeirização da natureza, a despossessão dos territórios e a privatização dos serviços públicos, como a saúde, a educação e a distribuição da água. Definem a financeirização da natureza: “É quanto a lógica financeira interfere em diferentes dimensões da

---

<sup>5</sup> O aumento da violência na Amazônia pode ser expresso no caso dos indígenas Waiãpi, no Amapá, assassinados, em julho de 2019, por garimpeiros da região e a expansão de hidrelétricas na região.

vida, inclusive, sobre o meio ambiente. A natureza nos fornece água, ar, terra, minérios, florestas, fauna, flora e não cobra por esse benefício” (Contag, 2018, p. 36-37). Para as Margaridas, esta lógica as obriga a pagar por tudo, sob o argumento de que não é possível preservar e conservar o meio ambiente sem que os bens comuns se tornem produtos financeiros.

### **Considerações gerais**

Ao analisarmos como o tema do meio ambiente é tratado na Marcha das Margaridas, constatamos que não se trata apenas de uma temática, mas da reafirmação de valores democráticos e da soberania popular. Ao integrar a plataforma política, o meio ambiente faz parte de uma agenda estruturante da sociedade e não apenas uma temática específica. A agroecologia, com os seus princípios e práticas, é apropriada pelas mulheres ao desenvolverem suas atividades no campo e está voltada para a conservação do meio ambiente e a valorização dos modos de vida reproduzidos no campo, nas águas e nas florestas.

Outra questão que merece destaque nesta análise é a estratégia de mobilização e a utilização da formação política como instrumento de luta, de construção coletiva e de socialização de conhecimentos, com a utilização de materiais produzidos durante o processo de organização da Marcha. Neste processo, localizamos os princípios da economia feminista que envolve a criação de novos valores para pensar a economia, o trabalho, a produção com o eixo central ancorado na defesa do acesso à terra, a água e à agroecologia. As Margaridas nos ensinam como o avanço do capitalismo neoliberal, patriarcal e racista tem avançado sobre os chamados bens comuns que, para o capitalismo, são considerados como meras mercadorias a serem vendidas no mercado internacional para os que podem pagar. Dentre as características principais deste avanço do capitalismo, elas destacam a financeirização da natureza, conforme definem na Cartilha da Secretaria Nacional das Mulheres da Contag.

Assim, a pauta da Marcha das Margaridas não se constitui uma pauta “específica” de um movimento, e a atualidade desta Marcha considerada como luta social está na sua estratégia política: ao apresentar o tema do meio ambiente como uma questão central no enfrentamento ao capitalismo neoliberal em curso no país. Estes são ensinamentos que podemos apreender com as Margaridas ao longo de sua trajetória de lutas. Sua estratégia possui uma ampla dimensão e a forma de organização em Marcha mostra-se inovadora: um movimento dinâmico e permanente com caráter de denúncia, mobilização, formação política e proposição. Demonstra ainda a diversidade das mulheres e a força de suas lutas contra o capitalismo e suas mazelas no campo, nas cidades, nas águas e nas florestas. Velhas pautas, como o combate à violência no campo e especialmente, contra

as mulheres, se somam a pautas permanentes, como a defesa da democracia. A questão ambiental colocou o país em uma nova configuração política com a imagem negativa diante do descumprimento de acordos internacionais.

As Margaridas seguem em marcha contra todas as formas de exploração, de violência e de negação de direitos, espalhando as sementes em caminhos onde outras Margaridas passarão e desta resistência brotarão sementes de uma sociedade justa, democrática e sem opressão!

## Referências

- BANDEIRA, Lourdes M., Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas. In: SWAIN, Tânia Navarro, Muniz, Diva do Couto G. (Orgs). *Mulheres em ação - práticas discursivas, práticas políticas*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC/MG, 2005.
- CONTAG. Secretaria Nacional De Mulheres Trabalhadoras Rurais, Agricultoras Familiares. *Cartilha*. Brasília: CONTAG, 2018.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n.12, v.1, 2004.
- MARCHA DAS MARGARIDAS. MANIFESTO da *Marcha das Margaridas – Margaridas na luta por democracia e garantia de direitos. 8 de março*. Brasília: CONTAG. Disponível em <[http://www.contag.org.br/imagens/ctg\\_file\\_508242842\\_01032018101455.pdf](http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_508242842_01032018101455.pdf)> Acesso em 11 Abr. 2018.
- MARCHA das Margaridas se encerra com novas conquistas e mostra a força das mulheres organizadas. Disponível em <<http://www.sof.org.br/2015/08/15/marcha-das-margaridas-se-encerra-com-novas-conquistas-e-mostra-a-forca-das-mulheres-organizadas/>> Acesso em 07 abr. 2018.
- MEDEIROS, Leonilde S.de. *Movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. In: *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, vol.1, n1, 2000.
- SILVA, Berenice G. O golpe de 2016 e o retrocesso para as mulheres trabalhadoras rurais. In: *Encontro Maranhenses sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero*, 2, São Luís, *Anais*, São Luís, 2017.
- \_\_\_\_\_. Resistência e luta das mulheres trabalhadoras rurais na Marcha das Margaridas. In: *Mundo de Mujeres*, 13 e Fazendo Gênero, 11, 2017, Florianópolis.

Anais do Semin. Intern. Fazendo Gênero (documento eletrônico). Disponível em <[www.mundodemujeres.ufsc.br/wwc2017](http://www.mundodemujeres.ufsc.br/wwc2017)> Acesso em 20 Abr. 2018.

\_\_\_\_\_. *A Marcha das Margaridas: resistências e permanências*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2008.

TIBURI, Márcia. *O golpe foi contra as mulheres trabalhadoras*. Entrevista ao Portal da CUT. Disponível em <<https://www.cut.org.br/noticias/>> Acesso em 12 abr. 2018.